



Comentário do Dr. César Brito: verdade, realidade e método

César Brito, Porto Alegre*

Primeiramente gostaria de agradecer à Comissão de Organização do evento na pessoa do Dr. Sérgio de Paula Ramos e seus colegas e extensivamente à diretoria da SPPA na pessoa da Psic. Ingeborg Bornhold o convite para participar desta mesa e assim poder partilhar mais proximamente do conhecimento que nossos palestrantes e demais colegas nos propiciam.

Em segundo lugar gostaria de destacar que venho acompanhando o desenvolvimento das edições anteriores de nosso simpósio e fico feliz em ver o amadurecimento dessa atividade que se consolida em importância para a nossa sociedade. Posso afirmá-lo baseado na qualidade e riqueza das apresentações de ontem cujos autores cumprimento desde já.

Antes de tudo se faz necessário uma introdução a título de esclarecimento para o formato deste texto. Quando a editoria da revista me solicitou o envio de minha participação, surgiu uma questão a ser equacionada. Originalmente a comissão de organização do simpósio me solicitou a elaboração de três questões, cada uma direcionada a um de nossos palestrantes, como estímulo ao debate, o que foi feito por mim com antecedência.

Entretanto, durante o evento, o debate entre os palestrantes e os comentaristas que me antecederam na ordem de apresentação tomou corpo, de tal modo que a introdução de minhas perguntas de estímulo tornou-se escassa para justificar uma nova rodada de inquirição. Abrir novas questões não seria conveniente, uma vez que as respostas teriam que ser abreviadas, perdendo-se o sentido da proposta inicial. Assim, optei naquele momento por encaminhar a discussão para o encerramento que já se anunciava: fazer um comentário pertinente ao que eu entendia ser o ponto de tensão no debate ao se contrastarem os aspectos teóricos e metodológicos das pesquisas quantitativas e qualitativas, tendo como pano de fundo o paradigma da complexidade e os modelos teóricos das ciências naturais e das ciências humanas para pesquisa.

Desse modo, vou destacar os pontos essenciais de minha fala, improvisada

* Membro Associado da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.



na ocasião, e deixar abertas as perguntas que faria aos convidados para que os leitores possam buscar suas próprias reflexões.

Na ocasião o debate transcorria sobre as pertinentes inquietações dos aspectos científicos das técnicas de pesquisa qualitativas contrastadas com as das técnicas quantitativas. Questões tais como a neutralidade, a objetividade do pesquisador, a possibilidade de generalização dos resultados, entre outras, dominavam o debate. Conforme os argumentos eram apresentados, fiquei com a impressão de que a discussão de base incidia sobre os diferentes modelos de concepção do que seria *a verdade*. Esses modelos estão presentes há muitos séculos no pensamento da humanidade, e de forma ingênua ou consciente aderimos a um de seus pressupostos: ou ao *idealismo filosófico*, ou ao *materialismo filosófico*.

Triviños (1987) destaca que o mundo constitui-se por fenômenos e objetos e estes são de natureza material ou espiritual. Compreender a complexidade e extensão dessa afirmativa é essencial, pois dela partem todas as nossas noções do que seja a realidade.

Esse mesmo autor refere que fenômenos e objetos *materiais* seriam por definição tudo o que existe fora de nossa consciência (a matéria, os objetos, a água, o trovão, entre outros). De outra parte fenômenos *ideais* ou *espirituais* seriam aqueles que se produzem em nossa consciência (pensamentos, idéias, sentimentos, juízos, entre outros), ou, para dizer mais especificamente, existem como produção humana sensorial, cognitiva e emocional.

A implicação dessa complexa condição em nossas vidas é imediata: quando observamos o mundo, destacamos em nossa consciência o fenômeno material, ou o que destacamos é o recorte possível condicionado pelo nosso mundo interno? Somos capazes de conhecer o que é alheio a nós mesmos ou apenas re-conhecemos o que já existe em nosso mundo dos fenômenos das ideias? O que vem primeiro, o pensamento ou o fenômeno material? Como sabemos se algo tido como verdadeiro não é falso? É possível hierarquizar a importância do que é da ordem dos fenômenos materiais e da ordem dos fenômenos ideais? E tornando mais complexa a situação, como se relacionam a realidade objetiva e a nossa consciência marcada e invadida pela realidade do mundo das ideias?

Nós psicanalistas conhecemos de perto a importância dessa discussão, pois vivemos em nossa própria carne os dilemas que se apresentam na clínica diária, no encontro da realidade objetiva com a realidade do mundo interno do analisando e do nosso próprio, na relação transferência-contratransferência, no campo psicanalítico e na intersubjetividade. O tema é vasto e instigante. Não cabe aqui um aprofundamento, mas sim um apontamento para a conjuntura atual das ciências e conhecimento humano.



A ciência moderna surge com o Renascimento e, essencialmente, a partir de Francis Bacon, procura separar o conhecimento gerado pelos critérios de autoridade daquele novo conhecimento que se baseava na observação, indução e experimentação.

Durante toda a Idade Média o conhecimento se baseava nas doutrinas religiosas do cristianismo, fortemente influenciadas pelo pensamento aristotélico. Predominava o argumento de autoridade, os doutores e outros detentores de saber tinham a palavra final, sendo as escrituras bíblicas o livro de referência da *verdade* absoluta. Lembremo-nos da condenação de Galileu Galilei em 1633, que teve que negar publicamente sua afirmativa do heliocentrismo para não se condenado como herege, pois a teoria aceita nas escrituras e pela cristandade era a do geocentrismo ptolomaico e aristotélico.

Bacon (1620) vai enfatizar a necessidade de que a ciência utilizasse o método de observação e experimentação regulada pelo raciocínio indutivo. O método indutivo é uma forma de raciocínio que busca estabelecer leis gerais a partir da observação de fatos particulares. Opunha-se ao método – dedutivo – de conhecimento utilizado pela ciência medieval em que, supondo-se as premissas verdadeiras, deduziam-se daí os demais fatos. Para Bacon havia a necessidade de comprovação experimental para confirmar-se a afirmativa.

Muitos exemplos que hoje soam como absurdos a nossos olhos estão presentes nos relatos da Idade Média, a condenação de Galileu sendo apenas um entre tantos outros. *Malleus maleficarum* (Ramer; Sprenger, 1484) é o exemplo de uma publicação em que se sistematizava a detecção, forma de julgamento e condenação daqueles acusados de bruxaria, baseado em silogismos tais como a dor purifica a alma, a alma pura fala a verdade, sob a dor a alma purificada só fala a verdade. Daí a idéia do fogo para purificar a alma enfeitiçada pelo demônio para salvá-la entregando-a a Deus. Essa confusão entre o que era da ordem das crenças (dos pensamentos e ilusões) e da ordem dos fatos observados fornecia absurdos de compreensão aceitos como verdades na Idade Média. É contra esse estado de coisas que Francis Bacon vai escrever seu *Novum organum* (1620).

Descartes mais tarde tornou-se o filósofo que marca a evolução da ciência moderna com o seu método de *verificar* a evidência de que existe, *analisar*, ou seja, dividir o observado em fragmentos mais simples, *sintetizar* as unidades estudadas em um todo verdadeiro e *enumerar* as conclusões e princípios ordenando os pensamentos e verificando se não há falhas.

A medida básica cartesiana, *ego cogito, ergo sum* (eu que penso, logo existo) serve como instaurador do ceticismo cartesiano: poder pensar livremente sobre as coisas, só se pode dizer que existe aquilo que pode ser provado. O aforismo



traz em si a ideia de que se pode pensar livremente para descobrir a verdade sem a necessidade de submeter-se ao critério de autoridade.

Assim, no Renascimento houve um grande avanço das ciências e de todo o conhecimento humano que usufruímos até hoje. A divisão cartesiana da realidade em *res cogitans* (a consciência, a mente) e a *res extensa* (a matéria) abriu espaço para a separação entre a ordem do observável e a ordem do pensável, buscando evitar a contaminação das distorções do pensamento sobre o observável.

Graças a isso abriu-se espaço para o desenvolvimento do positivismo de Auguste Comte (1798-1857), que consiste na primazia da observação sobre a imaginação. Os fenômenos devem ser observados, opondo-se ao racionalismo e ao idealismo, sendo a experiência sensível a única capaz de produzir a verdadeira ciência a partir dos dados concretos, positivos.

Se, por um lado, o positivismo, ao possibilitar de forma transparente a separação do observável e do imaginável, propiciou um avanço das ciências naturais, gradualmente a complexidade dos fenômenos humanos e sociais forçou a premência de ser repensada a noção de verdade em ciência, uma vez que o conhecimento foi se expandindo para necessidades mais amplas.

O desenvolvimento das ciências em geral e particularmente das humanas foi alimentando metodologias de observação científica e modelos teóricos de compreensão dos fenômenos que ampliaram em muito a noção do que é observável como objeto científico. A própria psicanálise é uma dessas ciências que, embora inspirada no modelo positivista de ciência, abriu as portas para um segmento até então inimaginável do saber humano: o inconsciente freudiano.

Freud parecia não se dar conta de que seu objeto de investigação era complexo por excelência (Dr. Pellanda fez referência a isso em seu texto). Sob certo sentido Freud vai fazer ciência resgatando aspectos que a ciência moderna buscara afastar: a reintrodução do fator humano na observação científica. Podemos verificar, no decorrer da obra freudiana, a tensão interna entre a observação do dado posto e a concepção teórica para poder observar o fenômeno (a teoria psicanalítica a iluminar o objeto psicanalítico sem a qual esse não pode ser observado).

Ao lado do desenvolvimento de outras ciências e saberes, como a antropologia, a física, a sociologia, a linguística, entre outras, a psicanálise abriu portas a uma grande complexificação do conhecimento humano. Os desenvolvimentos psicanalíticos posteriores com Lacan, Klein, Bion, Baranger, entre outros, apontaram para as relações complexas entre as realidades internas e externas do ser humano com a conseqüente relativização da noção de verdade. Paralelamente a história, como ciência, evoluiu e as grandes narrativas históricas



passaram a ser questionadas em seu valor fático ou de versão.

O chamado pós-modernismo trouxe em seu bojo justamente um questionamento do que podemos considerar verdade. A noção de verdade passou, de uma *verdade absoluta*, (divina) à *verdade* baseada no argumento de autoridade dos detentores do poder (religioso, político, econômico) e depois à *verdade* científica, aqui já com sua dimensão de provisória, mas com o argumento de autoridade ainda presente, até chegarmos à noção de que os achados como verdades são influenciados e determinados pela *Weltanschauung* (cosmovisão) da época. Assim, na história, passamos a incluir e a valorizar a versão dos excluídos e minorias silenciosas para compreendermos o todo. Na psicanálise a versão oficial dos fatos (o manifesto) modifica seu valor ao deparar-se com o fragmento de um ato falho, com o sonho incompleto, com a construção de uma condição interna no aqui e agora da sessão. Tudo isso presente já nos primeiros textos clínicos de Freud. De tal forma que a discussão sobre qual o método mais adequado para o conhecimento da *verdade* se torna inevitável. A grande questão atual é que a noção de verdade se tornou questionável.

Assim, técnicas de pesquisa quantitativas, que muito se baseiam na base positivista, em evidenciar em números e estatísticas ainda servem para o acesso a uma informação sobre um objeto material. Mas o mesmo modelo para informar sobre a subjetividade humana torna-se inapropriado ou empobrecido, necessitando-se outras técnicas de abordagem. No entanto essas passam a ser informativas a partir do esforço intelectual sobre o fenômeno observável, estando sujeitas aos riscos das crenças e interesses dos pesquisadores.

Cada grupo de técnicas de pesquisa científicas vai, portanto, desenvolver alcances e limitações inerentes aos próprios instrumentais utilizados, assim como formas de correções e restrições do conhecimento por eles gerados.

A discussão que estamos presenciando é resultado justamente de nossa condição interna associada a uma ou a outra noção do que seja a verdade e ao modo de obtê-la. Conscientes ou não de nossa posição, assumimos uma ou outra de qualquer modo. E assim concordamos com uma ou com outra argumentação, pois ambas são válidas, uma vez que ainda estamos longe de podermos humanamente definir como se interrelaciona o observável e o pensável.

As questões que originalmente havia proposto abordavam a relação da identidade psicanalítica e seus aspectos de prática e teoria psicanalítica com a tarefa de pesquisa. Para isso preciso fazer uma introdução contextual que é a condição do psicanalista e da psicanálise como teoria, tratamento e investigação, lembrando a definição de Freud, na busca pelo conhecimento dentro do campo científico.



Ao tomar previamente contato com as apresentações, pude de imediato perceber a confluência dos pensamentos de todos os apresentadores. Todos assinalaram a noção de complexidade do objeto de pesquisa nas ciências humanas e a necessidade de aprimoramento dos métodos de investigação.

Dr. Pellanda fazendo uma excelente síntese do paradigma da complexidade no pensamento atual, destacando como Freud, sem perceber, se depara com as noções do que hoje conhecemos por complexidade no mundo científico. Dr. Turato, por sua vez, nos demonstra a base epistêmica para o desenvolvimento dos métodos qualitativos e quantitativos, enfatizando a diferença paradigmática do que venha a ser o objeto de estudo para essas diferentes metodologias, *grosso modo* insiste na busca de relação causa-efeito nas pesquisas quantitativas e de interpretação do sentido do fenômeno observado nas qualitativas. Na apresentação final de ontem, Dr. Zusman nos apresenta, através de um exemplo clínico, uma interessante proposição de investigação psicanalítica enfocada a partir do funcionamento pré-consciente como objeto de estudo científico na psicanálise e destaca os riscos que corremos em nossa área resultantes de posições ideológicas rígidas atuadas no aparente campo científico que mais causam desserviço do que enriquecimento para a psicanálise e a humanidade.

Ao tomar contato com suas apresentações, fiquei pensando: isso que escrevem parece-me tão natural; todos falam na mesma direção e expressam tão bem o nosso cotidiano com nossos analisandos. Mas porque tendemos a sentir um certo mal-estar com a pesquisa em psicanálise? Um pensamento me ocorreu, então: parece que o problema pode ser proveniente do lugar que a teoria psicanalítica ocupa dentro de nós.

Vou me explicar melhor. Em nossa clínica cotidiana, embora funcionemos fortemente embasados em nossos modelos teóricos, procuramos observar os fenômenos do campo analítico sempre voltados à realidade interna do analisando para compreender seu modo de funcionamento mental, procurando deixar em segundo plano a tradução teórica do fenômeno (dr. Zusman ilustrou de forma magnífica a busca pelo contato emocional com a paciente A sem a imposição teórica, embora possamos reconhecer os diferentes momentos em que a teoria ilumina suas capacidades de observar e interpretar).

Isso é assim por sabermos que nosso ego com suas defesas, quer contratransferenciais, quer neuróticas próprias, está a intervir quando nos deparamos com situações que nos são pessoalmente conflitivas; a intelectualização ou ideologização das teorias psicanalíticas pode servir para esse uso defensivo. Assim nos analisamos, supervisionamos e estudamos para minimizar esse risco em nosso fazer psicanalítico. O que promove a confirmação de nossa interpretação



é a resposta no mundo interno do paciente com suas consequentes expressões na realidade externa (como bem falaram o Dr. Pellanda e Dr. Zusman). Isso nos dá de certo modo a boa direção do trabalho, uma certa neutralização do elemento teórico. Na clínica psicanalítica estamos acostumados a observar e descrever fenômenos manifestos e a buscar compreender por inferência teórica psicanalítica (em qualquer nível – teoria formal ou teoria privada). O analisando confirma ou refuta nossa compreensão.

Já na pesquisa o caminho torna-se inverso: para definirmos nosso objeto de estudo é necessário que a teoria faça o recorte do universo de enfoques (vértices, como diria Bion) passíveis de serem observados. Sem o conceito não enxergamos o que está presente aos nossos olhos (como mostraram ontem todos os apresentadores). Se colocarmos diferentes pessoas frente à fala de um outro ser humano, o que vai definir sua escuta é justamente a condição interna dele: um cientista com suas teorias explícitas ou implícitas, um comerciante com seu conhecimento de senso-comum ou científico, etc, cada um recortando a realidade a partir de sua condição. O fenômeno factual observado é potencialmente o mesmo, os recortes de observação e compreensão serão distintos. Assim, coloco minhas questões aos apresentadores.

Ao Dr. Pellanda, estou plenamente em consonância com sua apresentação, mas também me inquieta uma questão contraditória, e a contradição é própria da teoria da complexidade. Quando falavas, Pellanda, da complexificação dos processos mentais, a tendência é pensarmos em termos de evolução, vamos dizer, positiva, de maior ampliação. Entretanto, a partir da psicanálise, também sabemos que a pulsão de morte pode se disfarçar de aparente liberação complexificadora justamente como forma de destruição (a autopoiese também leva à morte).

Como psicanalistas temos valores teóricos implícitos, por exemplo, buscamos propiciar o desenvolvimento do mundo interno de nossos pacientes para que possam rapidamente retornar a uma posição depressiva (kleiniano); achamos que permanecer na posição esquizoparanóide é prejudicial, embora reconheçamos que faz parte do processo.

O que quero enfatizar é que existe a presença de valores da psicanálise, embora científicos e consequentemente internos no psicanalista, que influenciam na direção do trabalho. Assim sendo, como vê a questão de que, mesmo que visemos a propiciar uma complexificação na mente do analisando, há um sentido dessa complexificação que nós psicanalista temos a partir de nossas posições teóricas? Como se dá a interação autopoietica com a *ordenação* implícita de nossos modelos teóricos?

Ao Dr. Turato, com a introdução da ciência moderna e posteriormente



César Brito

positivista, num certo momento isso foi propiciador de grandes avanços pois buscava eliminar as crenças pessoais, argumentos de autoridade e o subjetivismo dos doutos, isto é, as inferências ideológicas geralmente cristãs da Idade Média sobre o funcionamento do universo. Com a própria psicanálise há uma reinstalação da subjetividade do observador com influência sobre o objeto investigado. Isto é, novamente os valores são reintroduzidos. Como podemos nos assegurar em nossas metodologias que essas inerentes distorções na interpretação dos fenômenos observados não distorçam a direção de nossas teorizações?

Quanto a ti, Zusman, fazes uma proposta bem delimitada de modelo de investigação. Mas fico pensando que, como psicanalistas, também podemos investigar outros aspectos do psiquismo – conforme refere Anzieu, 1989, temos pictogramas, ideogramas e psicogramas. É evidente que tudo isso só pode ser observado a partir de conceituações teóricas. A questão retorna novamente: só podemos pesquisar clínica e cientificamente desde nosso recorte teórico e de uma grande soma de inferências, por isso gostei muito do que tu dizias ontem sobre a necessidade de uma identidade psicanalítica para se fazer pesquisa em psicanálise.

Falas que o campo próprio da pesquisa psicanalítica seria o pré-consciente. Poderias nos falar sobre como pensas a possibilidade de buscarmos a pesquisa psicanalítica em outros aspectos de nossa prática tais como sobre nossas inferências, sobre o que ocorre no inconsciente de analisando e analista, bem como na formação e desenvolvimento da identidade psicanalítica? Muito obrigado. □

Referências

- ANZIEU, D. *O eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.
- BACON, F. (1620). *Novo organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailheObraForm.do?select_action=&co_obra=2278. Acesso em: 31 out. 2010.
- RAMER, H.; SPRENGER, J. (1484). *Malleus maleficarum* [O martelo das feiticeiras]. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1993.
- TRIVIÑOS, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

Recebido em 19/04/2010

Aceito em 14/05/2010

César Brito

Rua Maranguape, 72/402

90690-380 – Porto Alegre – RS – Brasil

e-mail: cesbrito@via-rs.net

© Revista de Psicanálise – SPPA